



PT Professor
Lino Peres
Vereador

Jornal do Mandato do Vereador Lino Peres - PT/Florianópolis

Junho/2015

PROJETO COM A CIDADE



Foto: Rosane Berti

Na votação do Plano Diretor em 2013, em sessão que atropelou ritos legais, vereador Lino Peres conversa com a população

NESTA EDIÇÃO

● Ponta do Coral 100% Pública:

população se mobiliza por mais áreas públicas de lazer

Página 4



● Mestres dos Saberes e Fazeres:

projeto valoriza cultura popular de Florianópolis

Página 7



www.professorlinoperes.com.br



Twitter: /verlinoperes



Facebook: /lino.fernandobragancaperes.7



Youtube: /LinoPeresProfessor



Projeto com a Cidade

O que nos guia, ao olhar para trás e planejar o que vem pela frente, é a ideia que orientou nossa campanha e o nosso mandato: Projeto com a Cidade. Neste com está a diferença.

O mandato do vereador Lino Peres luta para fazer cumprir os objetivos da atividade parlamentar, mas não se esgota nos projetos de lei e requerimentos. Para ir além, buscamos também dar voz e poder ao movimento comunitário e social, auxiliando no que for preciso para mobilizar e ampliar a organização dos moradores e das entidades e movimentos sociais. Isso faz com que nosso trabalho seja essencialmente coletivo e desenvolva não um projeto para a cidade, mas **com** a cidade.

“Elaborar projetos e acompanhar as ações da prefeitura e, inclusive, dos próprios vereadores, não pode ser uma atividade solitária ou centrada no vereador. Tem que ser compartilhada”, costuma dizer o vereador Lino. Por isso, nosso jornal destaca cinco grandes lutas e resultados nesses dois anos e meio em defesa da cidade e das pessoas: pelo Plano Diretor construído pela população, por uma melhor Mobilidade Urbana, em defesa do Meio Ambiente, dos Direitos Humanos e da Cultura. Todas as bandeiras interferem diretamente no dia-a-dia de quem vive em Florianópolis e nas cidades próximas da região metropolitana (São José, Palhoça e Biguaçu). Para tanto, é fundamental que a população conheça e atue de forma crítica e participativa na definição dos rumos de nossa cidade.

Cidade maltratada e pensada às pressas

O Plano Diretor é a lei mais importante para planejar o destino socioespacial e o uso do solo físico de uma cidade. Florianópolis aprovou o seu Plano no início de 2014 (Lei 482/2014) sob intenso protesto da população. O vereador Lino Peres, que acompanhou a construção do Plano, representando a UFSC no Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor Participativo e junto às comunidades desde 2006, atuou intensamente para impedir que a tramitação atropelada do projeto na Câmara de Vereadores prejudicasse ainda mais a população. O mandato foi protagonista na crítica ao processo, que se deu sem efetiva participação popular. Foram dezenas de intervenções no plenário da Câmara, elaboração de documentos, encontros com moradores em toda a cidade e produção de textos e vídeos. “Tudo para explicar os péssimos resultados de se aprovar um Plano feito às pressas e com mais de 600 emendas apresentadas de última hora pela Prefeitura e por vereadores, sem estudo técnico por parte dos órgãos de planejamento do Executivo e sem análise respectiva em audiências públicas”, diz Lino.



Plano aprovado é incapaz de dar respostas aos problemas de Florianópolis

Ações judiciais

Por causa das irregularidades, a Prefeitura foi alvo de ações judiciais na esfera estadual e federal, tanto por não obedecer à legislação federal que garante a ampla participação da população, quanto por violações ao regimento interno da Câmara Municipal. Foi preciso recorrer à Justiça, através de mandados de segurança, para sustar um processo de tramitação imposto e apressado, mas sem êxito porque a prefeitura recorreu.

A negligência foi tamanha que, depois da aprovação do Plano, o

projeto precisou ser revisado e foram mais de 21 reuniões em 2014, acompanhadas pelo mandato. Porém os encontros foram mal organizados e mal divulgados, a maioria com poucos participantes e sem efetiva incorporação das propostas vindas das comunidades. Também faltou reflexão coletiva sobre as questões levantadas. Muitas delas deveriam ser discutidas antes da aprovação da Lei do Plano Diretor ou nas reuniões pós-aprovação e foram regulamentadas ilegalmente por decretos pelo prefeito, sem nenhuma participação popular.

Projeto volta à Câmara em 2015

Em 2015, continuamos de olho. O Plano Diretor foi reescrito dentro da Prefeitura com a participação dos setores empresarial, Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), CREA-SC, mas em momento algum os setores sociais foram chamados. Portanto, as alterações foram elaboradas por uma parcela restrita da sociedade. Até agora a Prefeitura não regulamentou o Conselho Municipal da Cidade e nem apresentou o levantamento das Áreas Verdes de

Lazer (AVLs), entre outros. Os prazos para isso, definidos pela própria lei do Plano Diretor, já expiraram.

O mandato também está cobrando da prefeitura os chamados Planos Setoriais, como o da Mobilidade Urbana, que está atrasado, vencido o prazo estabelecido pelo governo federal, em abril de 2015. Outros são, por exemplo, a regulamentação de instrumentos urbanísticos e tributários, como o Outorga Onerosa, o IPTU progressivo e a definição de um Plano de Regulamentação Urbanística.

NOSSA PROPOSTA

Queremos promover um amplo debate com a sociedade sobre vários problemas de conteúdo e forma que aparecem na lei do Plano Diretor e que agora devem ser reparados. A ideia é fazer debates em várias regiões da cidade, com as comunidades, confrontando o que foi aprovado na lei atual e o que de fato as comunidades locais desejam para seus bairros e distritos. Para isto, apresentamos na Câmara de Vereadores a proposta de Frente Parlamentar do Plano Diretor, que deverá subsidiar as discussões nas Comissões e na Câmara.

Comunicação para mobilizar

Para dar visibilidade às ações do mandato, temos uma página na internet e contas no Facebook (Perfil – Lino Fernando Bragança Peres - e Fan Page, de mesmo nome), Twitter e YouTube, além de um Boletim Eletrônico periódico para mobilizar e informar quem está cadastrado no mailing e a população em geral. Este informativo faz parte da política de comunicação do mandato.

Entendemos que a comunicação é um eixo estratégico do mandato, pois informação é poder. Buscamos dar publicidade a tudo o que acontece na Câmara de Vereadores. Essa ação



Arlis Buhl Peres

tem dado resultado já que, em vários momentos, os movimentos tomaram conta do plenário e conseguiram reverter o resultado de votações.

Reconstruindo Paisagens

O professor Lino Peres fez parte do Comitê Organizador e publicou artigo no livro Reconstruindo Paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis, da Editora da UFSC, em 2013. Entre outros temas, o livro debate a questão do Plano Diretor de Florianópolis, sendo que o vereador e o arquiteto Manoel Arriaga de Castro Andrade Jr. assinam artigo sobre a mobilidade urbana e metropolitana de Florianópolis.





Mandato cobra da Prefeitura participação popular para definir construção de Plano

A lei que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (nº12.587/2012) foi uma grande conquista dos movimentos sociais. Nesta lei, está incluída a garantia de elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana nos municípios, com participação popular, tendo como princípio a prioridade, em primeiro lugar, ao pedestre, depois aos veículos não motorizados, ao transporte coletivo, e, por último, ao automóvel ou veículo motorizado individual. Temos cobrado do prefeito Cesar Souza Júnior que encaminhe o processo de debate sobre o Plano Municipal de Mobilidade, que teve seu prazo legal finalizado em abril de 2015.

Hoje a cidade fica quase imóvel pelos constantes congestionamentos, além dos tempos longos nos trajetos de deslocamento que, somando-se às altas tarifas do transporte coletivo privatizado, impedem o acesso amplo e democrático a todos os espaços da cidade de forma segura, rápida e regular, socialmente inclusiva e sustentável, principalmente à população de baixa renda. O município precisa de um efetivo sistema de mobilidade urbana que integre a região metropolitana,



Uma das Audiências realizadas pelo mandato discutiu o uso do Aterro da Baía Sul

usando as informações de origem e destino recolhidas na ampla pesquisa feita, de forma tardia, pelo governo do estado, através do Plamus. Existem muitos caminhos para melhorar a mobilidade da cidade: utilização de várias formas de transporte integradas, corredor exclusivo de ônibus, qualidade dos veículos tanto para usuário quanto para os motoristas e cobradores, horários adequados às demandas, acessibilidade para todos, melhoria no sistema de transporte seletivo, rede de ciclovias interligadas, bolsões de estacionamentos que diminuam os deslocamentos de

carros particulares, implantação de elevadores funiculares nos morros, transporte marítimo que respeite as condições ambientais da cidade e adequação das calçadas e passeios públicos em geral aos pedestres, por meio de um desenho universal para todos (que não discrimina as pessoas por terem alguma deficiência).

É preciso integrar os locais de trabalho e de moradia e esses aos serviços essenciais e às atividades culturais da cidade, o que formaria uma rede de deslocamentos em todas as direções e não uma rede restrita como é hoje.

Audiências públicas mobilizam população

Audiências Públicas propostas pelo mandato e aprovadas na Câmara de Vereadores abriram espaço para a população falar sobre o uso do Aterro da Baía Sul e as obras na rodovia SC-403, que estão prejudicando parte dos moradores da Vargem Grande e Vargem do Bom Jesus.

Audiência realizada no IFSC também discutiu os problemas de ordem urbanística, paisagística e financeira provocados pelo projeto de teleférico proposto pela prefeitura no Maciço do Morro da Cruz sem nenhum a consulta e debate com a população. Os encaminhamentos dessas Audiências estão permitindo

que os moradores se organizem para reivindicar mudanças nos projetos e obras e têm feito com que a Prefeitura recue em algumas de suas posições ou suspenda ações, como, por exemplo, o projeto do teleférico, que era caro e não atenderia as reais necessidades das comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

Câmara não pode mais nomear ruas de forma irregular

O vereador Lino Peres, arquiteto urbanista, há anos luta por um plano de regularização fundiária e urbanística em Florianópolis. Desde o início de seu mandato foi contra a legalização de vias autorizadas pela Câmara Municipal, que são abertas de forma irregular ou clandestina (sem aprovação de projeto pela prefeitura e sem registro público), o que colabora enormemente para o caos urbano de Florianópolis.

Após intensa atuação do mandato, a Câmara Municipal de Florianópolis finalmente deixará de aprovar projetos de Denominação de Vias Públicas em loteamentos irregulares. Tais projetos agora só irão tramitar se tiverem aprovação da Comissão de Constituição e Justiça atestando a legalidade da proposta. O Ministério Público Estadual teve papel essencial nesse processo de enfrentamento do problema.

“Não somos contra a nomeação de novas ruas, que fique claro, mas sim contra o chamamos de ‘urbanismo de gambiarra’ e o processo clandestino e irregular de loteamento da cidade”, explica Lino.

O mandato avalia que deve ser de competência da prefeitura, que tem corpo técnico apropriado, enquadrar ruas dentro de um projeto coerente de regularização urbana da cidade como um todo, com infraestrutura e serviços adequados.

Propomos um efetivo e amplo processo de regularização fundiária legal e urbanística que compreenda condições adequadas de infraestrutura e serviços que garantam a habitação digna, que não vejam cada rua de forma fragmentada. É preciso pensar na nomeação em um contexto amplo.

Mais bicicletas, menos carros

O vereador Lino Peres apresentou projeto que torna obrigatória, nos órgãos públicos e privados de Florianópolis, a instalação de infraestrutura de bicicletário com vestiário e chuveiro.

Além de oferecer maior conforto aos ciclistas, o objetivo é estimular o uso da bicicleta como meio de transporte para ir ao trabalho.

“Florianópolis deve encontrar soluções urgentes para seus problemas de mobilidade urbana, e acreditamos que facilitar o uso do transporte não motorizado é um grande passo nessa direção”, diz Lino. Como isso, o mandato contribui para o protagonismo dos ciclistas na cidade, construindo a sustentabilidade ambiental e de saúde.





Florianópolis precisa de mais áreas verdes de lazer

Várias comunidades de Florianópolis há anos lutam para criar novas áreas verdes de lazer e preservar as poucas que existem, como o Parque da Luz, o de Coqueiros e a Praça Santos Dumont (na Trindade). No mandato insistimos que qualquer projeto de lei que implique perda de qualidade ambiental e de vida deve ser antecedido por amplo debate com a comunidade envolvida e interessada. A cidade precisa de índices adequados de áreas verdes e espaços públicos, que são importantes para o lazer, os encontros e as atividades culturais. A Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) propôs índice mínimo para áreas verdes públicas destinadas à recreação: 15 metros quadrados por habitante. Mas em Florianópolis há bairros com apenas 1 a 2 metros quadrados de área verde por habitante. O mandato está fazendo levantamento das áreas verdes de lazer exigidas pela Lei 6766/1979 (Lei dos Loteamentos), porque muitas estão sendo privatizadas ou adulteradas em sua função urbana, como as que foram transformadas em Áreas Comunitárias Institucionais através de iniciativa do próprio Executivo e assim perderam sua função de lazer. Também estamos atuando para que mais áreas sejam criadas, como o Parque Cultural do Campeche (Pacuca), o Parque Cultural das Três Pontas, o Parque Municipal das Dunas do Santinho e pela



Luta dos moradores impediu que Praça Dr. Gilberto Guerreiro da Fonseca fosse atravessada por rua

transformação da Ponta do Coral em área pública de lazer, assim como outros parques.

A praça fica

Uma vitória nessa luta com a participação do mandato foi a preservação da Praça Dr. Gilberto Guerreiro da Fonseca, no Centro de Florianópolis. Um projeto de lei na Câmara previa a abertura de uma rua na praça, mas moradores da região se organizaram juntando mais de 10 mil assinaturas em defesa da praça. A convite de Lino, as lideranças do movimento participaram da reunião semanal da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo, onde tramitava o projeto. Chegou a ser marcada Audiência Pública, mas o projeto foi engavetado. Outra vitória da comunidade foi a inauguração do Parque Aníbal da

Rocha Nunes Pires, na Ponta do Sambaqui, Norte da Ilha. Estas duas áreas de uso comunitário e público somente foram garantidas pela intensa mobilização dos moradores locais e da cidade, com acompanhamento e apoio direto de vereadores, entre os quais do nosso mandato.

Unidades de Conservação

O mandato participa dos processos de adequação do município ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apoiando comissão do Executivo, criada com esta finalidade, no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram). Algumas Unidades já foram aprovadas ou tramitam na Câmara: Parque Natural Municipal do Morro da Cruz, Parque Natural Municipal

da Galheta, Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição e Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira. O processo de adequação segue o rito legal da participação popular através de consultas públicas. Após as consultas, os projetos de lei são preparados pela comissão e encaminhados à Câmara.

Outros temas relacionados:

Matadeiro: o mandato acompanhou a luta da comunidade, que é contrária à instalação de um resort no local, e sofre com a falta de saneamento básico. Ocorreram atividades de formação e intervenções artísticas e culturais para mobilizar e denunciar o processo de elitização que se busca promover com a substituição das moradias e casas de veraneio pelo resort

Naufragados: participamos do processo de adiamento das demolições decorrentes das ações promovidas pela prefeitura. Houve reuniões com a comunidade, ações de campo, construção e entrega de parecer para as autoridades competentes. Trata-se de uma área que deve ser preservada e manter a tradição de pesca artesanal

Orla da Lagoa da Conceição: o mandato participou da Audiência Pública sobre o assunto e vem acompanhando o processo, buscando que se garanta o acesso pleno e público a essa e a outras orlas marítimas

Luta pela Ponta do Coral 100% pública protege paisagem e manguezal



A luta que marca 2015 é transformar a área da Ponta do Coral, na Beira-mar Norte, em Área Verde de Lazer (AVL), que é uma antiga demanda dos movimentos sociais e do Movimento Ponta do Coral 100% Pública. Transformar esta área em utilização pública será uma significativa referência positiva para a cidade, de proteção para todo o ponto notável da paisagem para o qual se deve ter acesso público irrestrito.

A Ponta do Coral deverá conformar o Parque Cultural das Três Pontas (Ponta do Coral, Ponta do Lessa e Ponta do Goulart), colaborando na proteção da Zona de

Amortecimento do Manguezal do Itacorubi, e formará um complexo ambiental e cultural integrante da Estação Ecológica de Carijós.

Assim, garantimos o uso e apropriação públicos que tanta falta faz à cidade, como tem sido o Parque da Luz, o Parque Comunitário de Coqueiros, o Parque Cultural do Campeche (PACUCA), o Parque Municipal da Lagoa do Peri, o Parque do Maciço do Morro da Cruz e a Praça Dr. Gilberto Guerreiro da Fonseca, no Centro. “Todas essas áreas foram conquistadas com grande mobilização dos moradores locais e dos movimentos sociais e ecologistas”, destaca Lino.



Assentamentos precários precisam de investimento público

A moradia deve estar integrada a todos os serviços próximos como postos de saúde, creches, comércio e áreas de lazer e cultura, além ficar perto dos locais de trabalho. Nesse sentido, é preciso avaliar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e propor as alterações que forem necessárias. Este Plano tem que ser revisto a cada cinco anos.

Outra luta é pela conclusão das obras do PAC no Maciço do Morro da Cruz, com extensão desse programa federal para o Maciço da Costeira, Morro do Saco Grande e para outras áreas de baixa renda, cobrindo os 64 assentamentos precários hoje existentes na cidade.

O vereador Lino Peres, como professor, há anos defende a regularização desses assentamentos. Graças ao PAC, implantado em 2009, com verbas do governo federal, conseguiu-se garantir infraestrutura e serviços,

ainda que com deficiências, em todo o Maciço do Morro da Cruz. Após a regularização dos lotes deve iniciar a etapa de nomeação de ruas.

O mandato vem revisando as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas na Lei do Plano Diretor, para que se garanta a devida regularização fundiária e urbanística das áreas carentes. Também foi requerida uma audiência pública sobre as obras do PAC no Maciço do Morro da Cruz, que aguarda aprovação da Câmara de Vereadores. A audiência é exigida



Moradores do Maciço enfrentam problemas como as longas escadarias para chegar em casa

pela grande maioria das lideranças da região, que denunciam o fato de obras estarem lentas ou com execução deficiente. Trata-se de avaliar publicamente os

obstáculos técnicos, administrativos e financeiros que estão impedindo a consecução das obras, que se encontram incompletas em vários locais.

Parlamentar em defesa da transparência nos órgãos públicos



Defesa do projeto Cidade Limpa, de regularização dos outdoors e propagandas em Florianópolis. O projeto, encaminhado pela prefeitura, vinha de um acúmulo de reflexão na área do urbanismo e busca, inspirando-se na experiência paulistana, regulamentar a visualidade urbana, valorizando sua paisagem, seus contornos naturais e sua arquitetura, em vez da atual poluição visual que a cidade sofre em várias de suas localidades. Foi aprovado, porém, um substitutivo do vereador Marcos Aurélio Espíndola (Badeko), atualmente afastado, que mudava o projeto para pior.

Defesa das investigações da Operação Ave de Rapina. No final de 2014, a Polícia Federal apresentou o resultado de investigações sobre fraudes cometidas por vereadores e servidores públicos na alteração do projeto de lei Cidade Limpa e em contratos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Além de Badeko, também foi afastado do cargo, por decisão judicial, o vereador César Faria.

Intervenções no plenário da Câmara e via requerimentos para fortalecer os mecanismos de controle social e ampliar os sistemas de informações e portais da transparência nos órgãos

públicos, para evitar casos como os investigados pela Operação Ave de Rapina e pela CPI dos Radares (que averigua a atuação de agentes públicos apreendidos com dinheiro e aditivo contratual para empresas)

Participação na CPI do Pró-Cidadão, que investiga fraudes de uso ilegal de senhas dos servidores para cancelamento ou redução de dívidas do IPTU e transferência de terrenos da prefeitura para mãos privadas. O vereador Lino Peres, como sub-relator da CPI, avalia que as irregularidades podem revelar desvios de terras públicas municipais e sonegação de impostos ou sua eliminação em

magnitude que podem superar o que foi desviado na Operação Ave de Rapina. “Isso mostra o quão frágil é o sistema de controle de senhas e do próprio sistema de controle das terras da Prefeitura e do sistema de controle tributário”, diz Lino.

Criação da Frente Parlamentar Municipal dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres

Trabalho pela valorização da carreira dos servidores, com voto favorável aos projetos do Executivo que criaram o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos da Capital.



Mandato apoia e articula ações pelo fim da discriminação

O mandato tem tido uma participação protagonista na luta pelos direitos humanos em Florianópolis. Uma das ações centrais é a luta contra a discriminação e pela promoção da igualdade racial, como foram as mobilizações do movimento negro, com o mandato, que pressionaram o Executivo a definir a coordenação da Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (COPPIR) e a promover a Semana das Religiões de Matriz Africana e as audiências públicas sobre a repressão aos terreiros, assim como reuniões dos representantes dos terreiros com a Polícia Militar. Pautando o fim da desigualdade racial, acompanhamos o Fórum das Religiões de Matriz Africana, a implementação das resoluções das Conferências Nacional, Estaduais e Municipais de Promoção da Igualdade Racial e a mobilização pelas cotas na UFSC. Também apoiamos a luta dos quilombolas pela demarcação imediata de seus territórios, como nos quilombos São Roque, Morro do Fortunato e Aldeia, no Sul do Estado, assim como a homologação das terras indígenas no Morro dos Cavalos, processo que se arrasta há mais de duas décadas e que conta com o apoio do Ministério Público Federal.



Um dos temas da Semana de Religiões de Matriz Africana, em abril, foi a repressão aos terreiros



Foto: Rosane Berti

Audiência Pública discutiu implementação de políticas públicas para os imigrantes e refugiados

Políticas públicas

O mandato tem se mobilizado pela criação do Comitê Intersetorial para promoção e implementação de políticas públicas para os imigrantes e refugiados (principalmente haitianos, senegaleses, sírios e outros) e da mobilização na defesa da população em situação de rua. Avaliamos que não é o suficiente o novo abrigo destinado à população em situação de rua. Outras ações devem ser tomadas, como construção de banheiros públicos, restaurante popular, programas de inserção dessa população na vida da cidade e medidas preventivas, principalmente na área da saúde, educação, emprego e geração de renda. As medidas de internação compulsórias devem ser avaliadas com muito cuidado e tidas como recurso extremo no caso das populações de rua. Para os haitianos e outros migrantes, deve-se implementar um efetiva política de acolhimento, para além de cursos de português que a Secretaria de Educação do município vem corretamente promovendo. É necessária, portanto, a construção de uma política pública nas três esferas (federal, estadual e municipal) que promova a efetiva inclusão social.

Campanha pelo Memorial de Cruz e Sousa

O estado de abandono do Memorial de Cruz e Sousa, no Museu de mesmo nome, foi citado pelo vereador Lino Peres na homenagem ao maior poeta catarinense em 19 de março, dia de seu falecimento, há 117 anos. A atividade foi organizada por vários movimentos, que também criticaram o abandono do Memorial, inaugurado em 2010 e já com sérios problemas de manutenção, estando atualmente interditado. Lino propôs que os deputados estaduais e federais por Santa Catarina sejam convidados a buscar uma audiência com o governador e que se forme uma Frente Parlamentar pela restauração do Memorial de Cruz e Sousa, iniciando-se ainda uma campanha de valorização de nosso poeta maior.

Monumento homenageia lutadores pela democracia

O encontro de três gerações de homens e mulheres que lutaram pela volta da democracia marcou a inauguração do Monumento ao Nunca Mais na Câmara Municipal de Florianópolis, no dia 30 de outubro de 2014, iniciativa da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e da Comissão da Verdade da Câmara por indicação de seu presidente, o vereador Lino Peres. Lino destaca que o Monumento ao Nunca Mais é construído em

nome de todos aqueles e aquelas militantes que lutaram pela justiça, contra a exploração dos trabalhadores, por uma sociedade igualitária e contra toda forma de opressão que assolou nosso país a partir de 1964: "O monumento ergue-se em nome de perguntas que persistem e que não podemos calar, em nome daqueles que desapareceram sob a Ditadura Civil-Militar e que, até hoje, mães, pais, maridos, esposas e filhos buscam."



Foto: Silvia Agostini Pereira



Grupo de Trabalho acompanha projetos na Câmara

O mandato acompanha, através do seu Grupo de Trabalho, os projetos que tramitam na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara de Vereadores. Este grupo foi criado a partir da chegada à Câmara do Plano Municipal de Cultura, que precisava de uma apreciação detalhada e um debate fortalecido com agentes e representantes da área.

Junto à Comissão de Mérito, articulamos a realização de Audiência Pública, que ocorreu no final de abril, para discutir e legitimar a aprovação deste instrumento. O Plano tem por objetivo fundamentar, orientar e regular as proposições e execuções de políticas públicas da área cultural do município. Na Audiência pública, os participantes solicitaram como encaminhamento que o Plano Municipal de Cultura tramitasse em regime de urgência para apreciação e votação do Plenário, para depois iniciarem os próximos passos para a sua efetiva implementação.



Pesca artesanal e renda de bilro, duas expressões culturais de Florianópolis, são valorizadas em proposta apresentada pelo mandato

Mestres dos Saberes

Em parceria com a Rede de Culturas Populares e Tradicionais, o mandato indicou ao Executivo um Projeto de Lei que cria o título de Mestres dos Saberes e Fazer das Culturas Populares e Tradicionais em Florianópolis. O objetivo principal da matéria é criar marcos legais de proteção e difusão dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais, valorizando aqueles que o detêm.

A indicação está desde 2013 no

Executivo. Já recebeu pareceres favoráveis da Procuradoria Geral do Município, do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis, da Secretaria Municipal de Cultura, da Comissão de Patrimônio Imaterial do Município e gerou também moção de apoio na VI Conferência Municipal de Cultura.

Integrante do gabinete do vereador Lino Peres, a cientista social Silvia Conceição Blasi avalia a importância da chegada da matéria ao Legislativo, pois é um assunto que precisa ser

debatido e que vai além do objetivo da matéria: “As questões relativas à preservação e os instrumentos legais de proteção dos bens culturais de natureza material e imaterial no município ainda são temas indigestos, que precisam ser debatidos. Nada melhor que um Projeto de Lei como este para incitar, na Câmara Municipal, um debate com os diferentes setores, para que as políticas de gestão sejam eficientes, sem gerar dúvidas de iniciativa e competência.”

Espaço para pesquisa e conversa

“Espaço Milton Santos”, em homenagem ao grande geógrafo brasileiro, foi o nome escolhido para a biblioteca com centenas de livros, aberta ao público, no gabinete do vereador Lino Peres, no quinto andar da Câmara de Vereadores. O Espaço nasceu para ser um lugar de pesquisa, cultura, discussões e conversas com a população. “Queremos que os florianopolitanos se apropriem do mandato e incorporem de fato o espaço da Câmara como seu”, diz Lino. Baseado na proximidade com os movimentos sociais e na participação popular, o mandato quis criar mais um espaço de participação e disseminação do conhecimento na cidade.



Homenagens merecidas

A Câmara de Vereadores concede anualmente uma série de honrarias, e a posição do mandato tem sido a de propor homenagens a pessoas reconhecidas pela luta nos movimentos sociais, na educação, cultura, meio ambiente e defesa dos direitos humanos. Um desses homenageados foi Valmir Ari Brito, o Mestre Jimmy da Capoeira. No dia 13 de maio, data alusiva ao Dia da Abolição da Escravatura, a Câmara prestou homenagem a ele, por indicação do vereador Lino Peres, por ser um ativista da construção de uma pedagogia multirracial e popular. Jimmy é referência nas ações de defesa da raça negra em Florianópolis e recebeu a medalha Cruz e Sousa por suas relevantes contribuições às áreas cultural, desportiva, de desenvolvimento social e educacional da cidade.



PT nas lutas da cidade

O vereador Lino tem buscado uma relação estreita com o Partido dos Trabalhadores, do qual é líder na Câmara, para que o seu partido se posicione, como tem feito em diversas ocasiões, diante dos questões fundamentais para a cidade, como as lutas sindicais (carreira dos servidores municipais, motoristas e cobradores do transporte público), sociais (lutas por um sistema de transporte que garanta o direito à cidade, como o Movimento Passe Livre) e ambientais, como a manutenção da Ponta do Coral 100% pública. Com isso, o vereador luta para que o PT recupere sua tradição de luta e protagonismo junto aos trabalhadores e aos movimentos sociais.

Organizando a Casa



O mandato realizou nos dias 28 e 29 de março o Planejamento Estratégico para o próximo período. O objetivo foi avaliar eixos de atuação e definir prioridades de ação em face das diversas atividades no cotidiano. Continuamos fortes em nosso Projeto com a Cidade.



Método de trabalho para dar visibilidade às lutas sociais

O vereador Lino Peres é professor de Arquitetura e Urbanismo na UFSC e doutor em Urbanismo pela Universidade Nacional Autónoma do México. Ele tem experiência, há muitos anos, na área de planejamento urbano, habitação de interesse social e plano diretor. Na entrevista Lino fala sobre a polêmica envolvendo os decretos que abriam brecha para o hotel na Ponta do Coral, a Linha de Preamar e faz uma avaliação do mandato.



Professor Lino, quais foram os avanços mais importantes do mandato no primeiro semestre de 2015?

Mobilizamos os vereadores para que suspendessem 200 projetos de lei de nome de ruas e que fossem encaminhados aos órgãos técnicos da prefeitura para exame (ver matéria na página 3). Com requerimento aprovado pela Câmara de Vereadores, também conseguimos que o Procurador do Município viesse à Casa para explicar os decretos do Executivo que consideramos inconstitucionais e que aprovaram 50 empreendimentos, entre os quais o Hotel na Ponta do Coral. Esses decretos foram criados depois da Lei do Plano Diretor e alteram artigos aprovados pelos vereadores. Um deles permite o hotel com 22 andares, mas o Plano Diretor autoriza apenas 6. O nosso mandato defende que a Ponta do Coral seja 100% pública. Depois de muito debate, a prefeitura admitiu recuar nos decretos e encaminhar à Câmara Projeto de Lei Complementar sobre

as mudanças. Com isso, os vereadores poderão discutir a matéria, o que não acontece no caso de decretos, que foram autoritários. Outra vitória foi o engavetamento do projeto do teleférico no Morro da Cruz, que era caro e não iria atender as reais necessidades da população dos morros. Defendemos que ali sejam construídos funiculares (elevadores verticais).

Qual a posição do mandato sobre a Linha de Preamar (LPM)?

Como membro da Comissão da Câmara Municipal que acompanha a discussão da Linha Preamar junto às populações atingidas e à Superintendência do Patrimônio da União (SPU), entendemos que o processo de demarcação da Linha de Preamar deve ser o mais transparente e democrático possível. É preciso discutir os critérios de definição e demarcação, revendo a taxa de arrecadação, como está em um Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, por iniciativa do governo federal. Deve-se

garantir também o amplo espaço e tempo de defesa dos atingidos diante da SPU. Ainda que a LPM tenha causado polêmica e mobilização em seu questionamento e também na demanda das populações atingidas, como na Praia da Daniela e no loteamento Santos Dumont, no Carianos, o nosso mandato chama a atenção para a garantia da sustentabilidade social e ambiental da orla insular e continental de Florianópolis e de toda a orla catarinense. Destacamos que a LPM é também um dos elementos que ajudam a controlar o processo especulativo imobiliário, e isso deve ser levado em conta, principalmente nas áreas em que as populações não são atingidas pela Linha, na grande extensão não ocupada da orla e áreas sob influência das marés em terras de marinha.

Qual a sua avaliação da atuação do mandato até aqui?

Avaliamos que o nosso mandato tem cumprido um objetivo central:

contribuir com os movimentos sociais nas suas demandas e mobilizações, informando-os sobre aquelas ações legislativas que ajudam as políticas públicas e aquelas que atacam direitos dos trabalhadores e da população. O nosso método é trabalhar com a população e não somente para ela e isto fica claro na forma de elaborar projetos de lei, com consulta e debate com aqueles que são diretamente atingidos por eles. Os requerimentos também nascem das necessidades concretas dos moradores e movimentos sociais na luta pela transparência da coisa pública, na denúncia sobre atos de corrupção etc. É uma forma mais lenta, mas cujas ações são construídas com a população e são muito mais efetivas. Um exemplo disto são as ações que afetam os trabalhadores, como os municipais, por exemplo, em que consultamos o sindicato da categoria para a aprovação do plano de carreira dos servidores. Essa prática se relaciona com o lema do mandato, de construir um Projeto Com a Cidade.

Projetos de lei para garantir transparência nos órgãos públicos

Para melhorar o acesso da população às informações sobre a cidade, o vereador Lino Peres apresentou projeto de lei para que prefeitura publique e mantenha atualizada, em sua página na internet, a relação de todos os alvarás emitidos pelos órgãos competentes. A página deverá ser de fácil acesso e permitir pesquisas rápidas. Os processos de licenciamento de obras e atividades são desconhecidos pela população e, muitas vezes, as pessoas são pegas de surpresa, impedindo que possam se manifestar e controlar os processos de desenvolvimento e expansão urbana.

Outro projeto apresentado pelo vereador prevê a apresentação de registro de Responsabilidade Técnica (RRT), expedido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, como condição indispensável para a tramitação, na Câmara de Vereadores, de proposições que alterem zoneamento urbano previsto no Plano Diretor. As alterações de zoneamento podem afetar a segurança e a saúde das pessoas e também o meio ambiente. Nesse sentido, mexer no Plano Diretor exige compromisso técnico. É necessário considerar as devida atribuições e responsabilidade de cada autor de propostas de mudanças. Os dois projetos podem ser consultados na íntegra no site do vereador – www.professorlinoperes.com.br – no link Propostas Legislativas, em Projeto de Lei.